**INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS E MATERIAIS - BANCO -
PROVENTOS DE CORRENTISTA - RETENÇÃO - INADMISSIBILIDADE -
NATUREZA ALIMENTAR - IMPENHORABILIDADE - CULPA - DEVER DE INDENIZAR**

- É devida ao correntista a indenização por danos materiais e morais pelo estabelecimento bancário que, para satisfazer seu eventual crédito, retém os proventos de aposentadoria do correntista, pois tal conduta fere os arts. 5º, LIV, e 7º, X, da CF, os quais visam à proteção do salário e impedem a privação de bens do devedor, sem um anterior provimento jurisdicional, até porque referidos proventos são impenhoráveis, dentro da dicção do art. 649, IV, do CPC.

- Os proventos de salário não podem ser retidos pela instituição financeira quando lançados em conta poupança, por serem de natureza alimentar, ainda que tal retenção se refira a débitos oriundos de contrato de mútuo firmado entre as partes.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 469.105-2 - Comarca de Ponte Nova - Relator: Des. ANTÔNIO SÉRVULO

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 469.105-2, da Comarca de Ponte Nova, sendo apelante Júlio César de Magalhães Gomes e apelado Banco Bradesco S.A., acorda, em Turma, a Décima Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ACOLHER A PRELIMINAR E DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

Presidiu o julgamento o Desembargador Saldanha da Fonseca, e dele participaram os Desembargadores Antônio Sérvulo (Relator), José Flávio de Almeida (Revisor) e Nilo Nívio Lacerda (Vogal).

O voto proferido pelo Desembargador Relator foi acompanhado na íntegra pelos demais componentes da Turma Julgadora.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2005. -
Antônio Sérvulo - Relator.

Notas taquigráficas

O Sr. Des. Antônio Sérvulo - Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, dele conheço.

Preliminar. Intempestividade da contestação apresentada pela parte ré/apelada.

O apelante alega que, quando da interposição da peça de resistência pela parte apelada, já havia transcorrido o prazo legal.

A contagem do prazo legal para a resposta do réu/apelado, tendo sido a citação realizada pelo correio, começa a correr da data de juntada do aviso de recebimento (AR) aos autos do processo.

Examinando os autos, verifica-se que o apelado fora citado em 24.10.01, data em que

ocorreu a juntada do AR aos autos, conforme certidão (f. 61v-TA) e que a contestação foi protocolizada em 12.11.01 (f. 62 -TA).

O prazo para contestar é de 15 dias, de acordo com o art. 297 do CPC, começando a correr, conforme art. 241, I, do CPC:

Começa a correr o prazo:

I - quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento.

Nesse sentido é a lição do mestre Nelson Nery Junior:

Citação pelo correio. O prazo para a resposta se conta a partir da juntada aos autos do AR assinado pelo destinatário (RTJ, 100/449) (*in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor*, 5. ed., p. 693).

O prazo para a contestação deverá ser contado a partir da juntada do AR aos autos, cujo término se daria em 08.11.01. Procede, pois, a sua irrisignação, sendo, assim, extemporânea a contestação apresentada pelo réu/apelado.

O prazo para oferta da resposta estabelecido no art. 297 do CPC, é peremptório, sendo certo que a prática de cada um dos atos processuais é presa a limites temporais.

De se salientar que o simples fato da revelia não induz ao efeito do art. 319 do CPC, porque não se trata de regra absoluta.

Esse também é o entendimento do extinto TAMG:

Reinvidicatória. Contestação apresentada fora do prazo legal. Revelia decretada. Rasura na data da juntada do mandado de citação. Dúvida sanada. Documentos juntados com a

contestação. Impossibilidade de desentranhamento.

Apresentada a contestação fora do prazo legal, e certificado o ocorrido por meio de manifestação da Escrivã, é correta a declaração de revelia.

Os documentos juntados com a contestação intempestiva devem ser valorados, uma vez que é possível a sua juntada a qualquer tempo, e o revel ingressará no processo na fase em que este se encontrar (2ª C. Cível, Ap.Cível 394.490-3, Rel. Juiz Alberto Vilas Boas, *DJ* de 23.09.03).

Desta feita, em que pesem a extemporaneidade da peça contestatória e a consequente revelia do réu, tem-se que a regra do art. 319 do CPC não é absoluta.

Ante tais considerações, acolho a preliminar de intempestividade da peça contestatória apresentada pela parte ré/apelada.

Mérito.

Objetiva o recorrente a reforma da decisão monocrática para que seja indenizado moral e materialmente em razão de débito efetuado em sua conta poupança, na qual recebia aposentadoria, pelo recorrido para quitação de empréstimo contraído por ele em sua conta corrente.

No presente processo foi realizada prova técnico-pericial na qual se constatou que em que pese a conta corrente do recorrente não ter sido transformada em conta-salário, ele/recorrente solicitou a emissão de cartão instantâneo, com o qual passou a movimentar a sua conta corrente em 15.09.99, tendo sido a sua conta corrente transformada em conta poupança.

Em resposta ao quesito de nº 5 com o seguinte teor:

Queiram verificar, especificamente, se no dia 21 de setembro de 2001 foram creditados os rendimentos da aposentadoria do requerente num total de R\$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), e se, nesta mesma data, foi levada a débito do requerente a importância de R\$ 925,89 (novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos) a título de "BX AUT CTA COR 0717328R\$ 925,87", assim

se manifestou: "Sim. No dia 21.09.01 foi creditado ao requerente o valor de R\$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) e nesta mesma data foi levado a débito o valor de R\$ 925,89 (novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), como se pode verificar pelo extrato. Estes valores tiveram a movimentação entre a conta corrente e conta poupança, ou seja, saíram da poupança e foram creditados em conta corrente".

Depreende-se assim que o débito realizado na conta corrente do recorrente foi oriundo de transferência automática da conta poupança na qual o recorrente recebia sua aposentadoria para adimplemento de prestação referente a contrato de mútuo.

Não é possível ao banco credor reter valores depositados na conta do cliente, a título de salário, para efetuar descontos oriundos de parcelas de contratos de mútuo, firmados entre as partes, pois o salário tem natureza alimentar, não sendo admitido que venha a ser objeto de retenção ou penhora, constituindo crime se assim for procedido, conforme dispõe a CF/88, em seu art. 7º, inciso X.

Ademais, o art. 649, IV, do CPC, também é taxativo ao determinar a impenhorabilidade absoluta dos salários recebidos a qualquer título.

Humberto Theodoro Júnior ensina:

A remuneração do trabalho pessoal, de maneira geral, destina-se ao sustento do indivíduo e de sua família. Trata-se, por isso, de verba de natureza alimentar, donde a sua impenhorabilidade (*Processo de Execução*, 7. ed., São Paulo: Editora Universitária, p. 252).

Com efeito, os agravados não negam a existência da dívida, o que afasta qualquer dúvida quanto a sua boa-fé, insurgindo-se, tão-somente, quanto à abusividade das cláusulas contratuais em face da legislação consumerista.

Não se pode admitir que seja ameaçada a integridade patrimonial do recorrente, bem juridicamente protegido pela Constituição Federal, só podendo ser atingido quando respaldado em ato jurídico.

A cláusula do contrato de abertura de crédito que prevê a possibilidade de o banco efetuar imediatamente após o vencimento de qualquer parcela, a sua compensação com quaisquer outros valores, mesmo que transitórios, disponíveis a qualquer título em nome do financiado junto ao banco, é abusiva e inconstitucional.

A perícia apurou que o requerente à época dos fatos se encontrava em tratamento médico e que contava com o seu rendimento de aposentadoria. Ademais, que todas as contas de sua responsabilidade, como condomínio, telefone, água, luz e demais despesas do orçamento do recorrente foram pagas com bastante atraso (respostas aos quesitos de números 7 e 7.1 - f. 185).

Em relação ao pleito de dano moral tem-se que deve ser acolhido.

Constatado que os valores creditados na conta do autor eram efetivamente proventos de sua aposentadoria, não poderiam ser eles retidos pela instituição credora, pois nem mesmo a sua penhora é permitida, dado o princípio da impenhorabilidade absoluta de tal verba. Neste sentido:

Proventos de aposentadoria não podem ser objeto de penhora, ainda que a requerimento do devedor, em razão do princípio da impenhorabilidade absoluta, que por ser de ordem pública é irrenunciável. Inteligência do art. 649, IV, do CPC (TACivSP, Ag. 435.252-00/8, Rel. Juiz Magno Araújo, *in obra citada*, p. 2.694).

Não há dúvida de que a atitude do apelado causou danos ao apelante, pois que ficou privado de suas necessidades básicas, diante da retenção da sua renda mensal. Constatado isso, não há como negar a presença dos requisitos que ensejam a obrigação de indenizar.

Diante da retenção dos proventos, constatam-se prejuízos de ordem material e moral quando qualquer aposentado se vê privado de seus proventos, mormente quando isto ocorre sem o seu prévio conhecimento, a não ser que exista prova inequívoca nos autos sobre a eventual situação abastada do aposentado, o que neste caso não ocorreu.

Não há dúvida de que deve a instituição credora agir com a máxima cautela com os serviços pertinentes à guarda dos valores de seus clientes. No caso, agiu o apelado réu com culpa *in faciendo*, porque, com imperícia, desenvolveu os trabalhos bancários essenciais, causando danos a outrem, permitindo, como consequência, a ocorrência de danos materiais e morais ao seu cliente.

Era de se recomendar, outrossim, *ad cautelam*, que todas as operações, como depósitos, aberturas de crédito, transferências de crédito, pagamentos e movimentações em geral, fossem ordenadas por escrito, incumbindo ao banco não realizar transferências de valores sem anuência do cliente.

A propósito, do assunto trata o seguinte excerto:

Como qualquer outro profissional, o banqueiro responde contratualmente por suas falhas, ainda que praticadas com culpa aquiliana. Sua responsabilidade até se agrava de certo modo, por lidar com dinheiro de outrem, o que por si justifica uma legislação apropriada. Precisar a dimensão e o conteúdo da obrigação assumida, e o grau de zelo exigível do banqueiro, certamente é tarefa nem sempre fácil, dentro do contexto das situações práticas. Sua responsabilidade inclusive abrange o dano moral que, aliás, encontra terreno propício nessa área (Arnaldo Marmitt, *in Perdas e Danos*, 2. ed., Ed. Aide, p. 309, *RJTJSP* 96/366, 107/203).

Portanto, em tema de responsabilidade aquiliana, para que ocorra o dever de indenizar, é mister que concorram três elementos: o dano, a conduta culposa e o nexa causal entre estes, o que está mais do que provado, quando analisado o ocorrido, restando demonstrado que o réu, ora apelado, não se houve com a prudência necessária a ser exigida de uma instituição financeira do seu porte, sendo responsável pelo acontecimento que perturbou o sossego do autor.

Os bancos, atualmente, enquadram-se na lista de prestadores de serviços e, como tal, submetem-se à disciplina imposta pelo Código de Defesa do Consumidor pelo que, causando prejuízo ao cliente, devem ressarcir-lo de modo

a compensar-lhe os danos sofridos, assim como para que a pena sirva como desestímulo à falta de observância das regras de segurança que devem nortear a atuação de quem lida com o patrimônio alheio.

Por esse motivo tenho que merece prosperar a pretensão do recorrente, de fixação de indenização a título de danos morais.

A reparação pecuniária pelo dano moral constitui compensação assegurada por lei, à luz da jurisprudência hoje dominante dos nossos tribunais, ainda que inavaliável e insuscetível de ser totalmente reparado por essa forma.

Os danos morais, puros ou reflexos de atentados a elementos patrimoniais e estes produzidos por via reflexiva, através de ação ou omissão de outrem, constituem lesões sofridas por pessoas físicas ou jurídicas, em aspectos de sua personalidade, atingindo-lhes a moralidade e a afetividade, para trazer-lhes constrangimentos, vexames, dores, sentimentos de sensações negativas; e, como ao direito e à sociedade interessa que o relacionamento dos indivíduos esteja sempre dentro dos padrões de normalidade, do equilíbrio e do respeito mútuo, tenho que, em virtude da lesão moral, que fere a personalidade humana, cabe ao agente suportar as conseqüências de seu ato, estando a pena assentada na razão do desestímulo a tal prática, inibindo atentados ou investidas contra valores alheios, frustrando novas práticas lesivas, com real repercussão econômica na esfera do agente, cujo potencial econômico-social deve ser também valorizado, sem o que a reparação irrisória, sem reflexo em seu patrimônio, tornar-se-ia meramente simbólica e sem qualquer função penalizadora.

No caso dos autos, entendo que o valor de R\$ 5.000,00 é razoável a título de indenização por danos morais.

É cediço que a dor, o constrangimento, o vexame e o sentimento, que lesam internamente o ser humano ferem os seus maiores e nobres atributos e ornamentos pessoais e que constituem, de alguma forma, o dano moral, não se medem por padrões econômicos quantitativos, e, por não ter paradigmas legais para sua expressa fixação pecuniária, não há negar a sua reparabilidade, visto que repousa no prudente arbítrio do juiz, tomada a repercussão patrimonial que tem de causar a quem lesa e a satisfação que deve levar ao lesado, como acima explicitado, a estipulação do *quantum* do ressarcimento.

Portanto, está patente o dever do apelado/réu em indenizar ao apelante/autor, tendo em vista que os danos sofridos decorreram dos reflexos negativos que o ato da instituição gerou em sua vida.

No que concerne ao pleito de indenização por dano material, também procede, pois a perícia apurou que as contas apresentadas e analisadas pelo autor/apelante como de sua obrigação de pagamento foram pagas com bastante atraso (resposta quesito n. 7.1 - p. 185).

Sendo assim, determino seja indenizado materialmente o apelante no montante relativo aos juros e multas das contas pagas com “bastante atraso”, conforme verificado pela perícia, sendo que tal valor deve ser apurado em liquidação de sentença.

Por tais motivos, dou provimento ao recurso para reformar a r. sentença monocrática e determinar que o apelado/réu indenize material e moralmente o apelante/autor.

Custas recursais, pelo apelado.

-:-:-